

FICHAMENTO E COLETA DE DADOS



6.1. A importância do fichamento

Chamamos de fichamento um conjunto de métodos e técnicas que compreende diversas ações, corporificadas, ao final, em documentos chamados “fichas”, que sintetizam informações relevantes sobre os materiais consultados, lidos e estudados em nossas pesquisas. Conforme ensina Gil (2002, p. 81), a tarefa de fichar compreende ao menos quatro atividades distintas:

- **A identificação da obra, com todos os seus dados catalográficos**, i.e., aqueles que serão necessários para a posterior elaboração completa da referência à obra, caso efetivamente a incorporemos na monografia;
- **O registro do conteúdo do texto lido**, i.e., a interpretação que pesquisador faz, por leituras e releituras, do conteúdo do texto, com a maior fidelidade possível a sua estrutura interna;
- **O registro de comentários sobre o texto**, vale dizer, de suas dúvidas e críticas sobre o texto, ou de quaisquer outras ideias e referências que pareçam importantes ao leitor que ficha o texto, mas que não podem se confundir com o conteúdo do texto propriamente; e
- **A ordenação dos registros**, de forma que o pesquisador possa, com facilidade, localizá-los subseqüentemente.

Fichar o que se lê e estuda é tarefa indispensável para um pesquisador. O “estudar” de uma pesquisa é diferente do “estudar” para uma prova: nesta última, há um livro de referência, uma matéria predeterminada em um programa e um uso certo no curto prazo: o aluno sabe o que estudar, e para que está estudando. O “estudo” da pesquisa é mais errático: não se sabe ao certo *como* ou *se* o que se está lendo no presente será útil para a redação da monografia, pois isso depende dos contornos temáticos do trabalho final, que frequentemente se amoldam com o próprio trabalho de pesquisa e as dificuldades reveladas na escrita ou apontadas posteriormente pelo orientador, pela banca de qualificação etc. Além disso, o volume de informações que se têm que estudar ao longo da escrita de uma monografia é enorme, e a memória do pesquisador poderá traí-lo. “Onde foi mesmo que eu li aquela passagem interessante no começo do ano passado? Não imaginava que aquilo seria útil para o meu trabalho, mas as leituras que fiz nos últimos três meses, somadas aos conselhos mais recentes do meu orientador, mostram-me que sim. Seria bom ter aquelas ideias à mão, em vez de ter de vasculhar novamente tudo o que li à sua procura...”. Esta é uma situação em que nenhum pesquisador quer se encontrar. Para evitá-las, os fichamentos são a melhor estratégia.

Fichamentos servem, assim, como técnica de administração de leituras que se avolumam ao longo do tempo, e que têm provável uso futuro, sem contexto e tempo precisos (para um texto semana que vem ou para a preparação de uma aula daqui a cinco anos). Assim, todos os textos que, para uma pesquisa, valem o esforço de sua leitura deveriam ser perenizados em fichamentos. Neste capítulo, mostrarei uma maneira de fazer isso.

6.2. Ficha de coleta bibliográfica e localização da obra

Antes de serem instrumentos de perenização do esforço de leitura, fichamentos podem ser ferramentas importantes para delimitar o que deve ser lido ou mesmo buscado.

Isso porque, ao início da pesquisa, o autor normalmente sabe da existência de alguns textos que deverá ler, mas provavelmente desconhece a existência de todos os textos publicados sobre o tema. É possível até que aqueles que conheça de início não sejam os mais importantes ou os melhores para o escopo específico de seu trabalho. Uma primeira utilidade dos fichamentos é, assim, organizar os registros de tudo aquilo que precisa ser localizado e buscado para os estudos indispensáveis à monografia. Chamo essas fichas de **fichas de localização e coleta** de livros, artigos, capítulos ou quaisquer outros materiais. Nessas fichas,

o pesquisador registra todos os materiais potencialmente úteis a seu trabalho, de cuja existência tenha tomado conhecimento. Umberto Eco sugere que, com essas fichas, o pesquisador forme um “arquivo de fichas”, que dará “uma imagem clara do que [o pesquisador] poderia encontrar e já encontrou, tudo em ordem alfabética e de fácil acesso” (ECO, 2002, p. 46).

Essas fichas são especialmente úteis para se chegar dos textos conhecidos aos desconhecidos, mas importantes. Imagine que o pesquisador que estude o conflito entre liberdade de expressão e censura a discursos racistas tenha, por recomendação de seu professor, começado com a leitura da obra de Jeremy Waldron,¹ tão central ao tema. Lendo o livro de Waldron, deparar-se-á com centenas de referências a outros artigos que lhe parecerão também muito importantes, até então desconhecidos. **As fichas de localização e coleta, que não se confundem com os fichamentos de leitura, devem ser utilizadas para o registro dessas obras que o autor sabe que, ao longo de sua pesquisa, terá de localizar e, no mínimo, compulsar a fim de avaliar sua pertinência ou não à pesquisa.** Assim, elas devem conter as informações indispensáveis para esse fim, quais sejam:

- A referência bibliográfica completa;
- A utilidade imaginada da obra; e
- Sua localização, com alternativas de acesso (bibliotecas próximas, sítios de internet, livrarias onde se possa comprá-la etc.).

É indiferente saber se a ficha de localização e coleta será, fisicamente, uma *ficha* (pautada, em cartolina, como as dos arquivos de bibliotecas de antigamente) ou se será um documento de Word, como eu próprio faço (no meu doutorado, o nome do arquivo digital era sugestivo: FALTA LER.DOCX). Eis como poderia parecer uma tabela que bem cumprisse tal propósito:

¹ WALDRON, Jeremy. *The Harm in Hate Speech*. Cambridge (MA): Harvard U. P., 2012.

TABELA 4
REGISTRO DE OBRAS PARA LOCALIZAÇÃO E COLETA

Título	Relevância	Localização
DWORKIN, Ronald. Do we have a right to pornography? In: A Matter of Principle. Harvard (MA): Harvard U. P., 1985.	Referido a todo instante por Waldron como opositor de suas ideias. Parece ser o mais importante defensor da liberdade ao discurso de ódio.	Original: FD USP, Biblioteca de Filosofia do Direito, 340.12 D991m DFD Tradução brasileira: FD USP, Biblioteca de Filosofia do Direito, 340.12 D991q 2.ed. DFD Original também disponível em: Oxford Journal of Legal Studies Vol. 1, No. 2 (Summer, 1981), p. 177-212. Acessível via J-Stor, em: < http://www.jstor.org/stable/764457 >. Livro em catálogo, fácil compra. E-book não disponível.

Fonte: elaboração do autor.

Com o tempo e o andamento da pesquisa, essa tabela deveria encher-se das referências que tenham cruzado o caminho do pesquisador, deixando claro o quanto ele ainda deve pesquisar, em termos de fontes, para cobrir bem o campo de debates em sua temática de estudos. Principalmente, **a tabela mostra quanto fácil, ou difícil, é o acesso a cada obra pretendida, permitindo que o pesquisador se planeje nesse sentido.** Daí o porquê conter informações sobre a (in)existência de versão digital (*e-book*) ou arquivos avulsos disponíveis *on-line*: nesses casos, o acesso à obra é imediato, caso contrário, o pesquisador deverá separar tempo para ir até a biblioteca onde esteja o livro ou aguardar semanas de correio no caso de importação. Como tempo é um recurso sempre escasso no contexto de uma pesquisa, convém levar essa variável em consideração.

6.3. Ler e reler

A leitura de um texto para fins acadêmicos é diferente da leitura despretenhosa de um romance. O texto acadêmico – um artigo científico, uma monografia, uma tese de doutorado etc. – tem o propósito de desenvolver um argumento complexo com vista ao enfrentamento de uma questão problemática. Isso é feito a partir da enunciação de um problema, da eleição de métodos e de técnicas apropriados, da defesa da escolha do autor contra possíveis alternativas rivais para o enfrentamento de sua temática, do diálogo com outros autores, da coleta, da análise e da interpretação de dados, entre outras coisas. Um texto acadêmico que se sustente depende de tudo isso ser bem feito, com transparência e clareza, de modo que outros leitores possam julgar por si a qualidade do que leem. Pois

ben, esse enredo de fundo, pressuposto a todo texto acadêmico, deve marcar a postura de qualquer leitor que o tome para leitura. Um texto acadêmico não conta uma história nem desenrola o novelo de uma trama de mistério; ele constrói um argumento, e assim deve ser compreendido e avaliado.

A postura de um leitor acadêmico deve ser marcadamente diferente daquela do leitor dileitante. Pensemos em alguém que lê Machado de Assis por prazer, nas férias, em comparação com um doutorando imerso, digamos, nos contos machadianos como objeto de pesquisa. Se o primeiro dá-se por satisfeito ao ler o texto uma vez, à beira da piscina, este último, ao contrário, lerá os seus repetidamente; ademais, grifará as partes mais importantes, refletirá sobre seus múltiplos possíveis significados; buscará, como apoio, a opinião de outros acadêmicos de Machado de Assis sobre passagens comuns; nesse processo, tomará contato com interpretações conflitantes de sua obra, sobre as quais poderá ou não se posicionar, mas que deve sem dúvida conhecer.

A despeito de aceitarmos naturalmente que esses dois tipos de leitores devam realmente ter posturas diferentes sobre o mesmo texto, é surpreendentemente comum que estudantes e até acadêmicos se debrucem sobre os textos que estudam, como o dileitante em férias, e não como o aplicado doutorando do exemplo. Isto é, leem o texto uma única vez, menos preocupados em aprofundar seu entendimento e mais em chegar ao seu fim a qualquer custo (pensem no quão comum é encontrar, em bibliotecas, jovens leitores contando repetidamente quantas páginas faltam para o final do texto que estão lendo). Nesse processo, às vezes passam rapidamente por passagens inteiras do texto que lhes parecem desimportantes ou simplesmente ignoram outras, como as notas de rodapé.

Um texto acadêmico deve ser lido e relido diversas vezes, como regra. Raros são os leitores que podem fugir desses mandamentos, e nenhum leitor – por mais experiente que seja – pode escapar deles sempre. Mesmo acadêmicos treinados beneficiam-se de múltiplas leituras de um mesmo trabalho. O que não dizer de jovens pesquisadores?

Como já disse em outra oportunidade (QUEIROZ; BEICKER, 2012, p. 281 e ss.), podemos pensar a leitura de um texto em dois grandes momentos. **Em um primeiro lance, deve-se perguntar o que o texto está tentando nos dizer.** Ele compreende o que Ronaldo Porto Macedo Jr. (2007, p. 16) chama de “leitura rápida”, bastante semelhante ao que Severino (2007, p. 54) compreende por uma análise textual de uma unidade de leitura. Neste momento, a ideia é percorrer a integralidade do texto, identificando o autor do texto, seu vocabulário, esclarecendo fatos ou eventos históricos eventualmente mencionados, destacando ideias que à primeira vista pareçam centrais. Essa primeira leitura funciona como uma passagem rápida por uma ala de museu a que depois se voltará com calma: ela

nos mostra o tamanho do percurso a ser feito, sugere partes nas quais o visitante poderá demorar-se; dá, desde logo, uma ideia do todo, permitindo um melhor planejamento da atividade geral. Nesse momento, o leitor deve manter um ritmo de leitura e, sempre com muita atenção, esforçar-se para chegar ao final do texto sem deter-se no atoleiro de passagens complicadas que eventualmente apareceram. (MACEDO JR., 2006, p. 17).

Feita essa primeira leitura, e já com uma ideia prévia de como o argumento geral do autor é desenvolvido, o leitor poderá voltar ao texto para uma segunda leitura detida. É o que se pode chamar de leitura aprofundada (MACEDO JR., 2007, p. 18), sintetizando os momentos que Severino chama de análise temática e análise interpretativa do texto (SEVERINO, 2006, p. 57-61). Esse segundo momento pede uma postura mais ativa diante do texto, em que o leitor deve extrair dele algumas informações, que nem sempre aparecem tão claras quanto gostaria.

Dica: leitura estrutural

A leitura aprofundada pressupõe certas técnicas de leitura, que permitem ao leitor apreender cada etapa do argumento construído pelo texto. Ela é um antídoto contra leituras superficiais ou desatentas, embora demande um esforço adicional do leitor. Para textos teóricos de maior complexidade, porém, é um excelente método. Um bom texto explicativo sobre esse método e as técnicas a ele associadas estão em Macedo Jr., 2007 (texto disponível gratuitamente *on-line*).

Entendido o que o texto queria expressar, podemos passar a uma espécie de leitura mais crítica, semelhante ao que Severino (id., *ibid.*) chama de “problematização”. Nesse segundo lance, colocamo-nos na posição de quem define o que quer saber do texto. Isso pressupõe, é claro, que o tenhamos lido corretamente na primeira etapa, que envolve duas leituras. Se pularmos direto para a terceira leitura, corremos o risco de extrair do texto coisas que ele não diz. Tome-se novamente o exemplo do trabalho de Pereira (2009), que investiga o uso do princípio da proporcionalidade em certos votos do STF. Em um tema como este, não bastam a leitura e a releitura dos acórdãos estudados: é preciso, em um momento subsequente, voltar às fichas de leituras (elaboradas a partir da primeira leitura e da releitura) para, então, perguntar-se sobre as relações entre o uso da “proporcionalidade” em cada uma delas. Este é um exercício que extrapola os sentidos de cada texto lido individualmente, porque os coloca em confronto. Mais do que mera leitura, trata-se de um *uso* dos textos, mas que não pode ser bem feito sem a prévia leitura rigorosa de todo o material a ser trabalhado.

6.4. Ficha de leitura

A **ficha de leitura** é o documento que sintetiza a sua interpretação da **estrutura e do conteúdo de um texto lido**. Seu propósito é duplo: de um lado, é um exercício sobre o texto fichado, seu encadeamento lógico, seus argumentos e suas conclusões. O fichamento é, assim, um exercício de leitura sobre o texto. De outro lado, as fichas de leitura têm também um propósito instrumental ao pesquisador que elabora uma monografia: elas fixam, organizadamente, seu entendimento presente sobre o texto, facilitando sua posterior consulta e utilização na redação de seu trabalho.

Para cumprir esses propósitos, as fichas devem orientar-se por algumas guias formais, a saber:

1. **Referências bibliográficas completas**, que permitam referência e citação ao texto futuramente, mesmo sem que o autor disponha de um exemplar físico da obra;
2. **Ementa dos principais temas contidos no texto**, tornando mais fácil a pesquisa futura acerca de temas específicos (“Qual é mesmo aquele texto do Dworkin que fala de quotas para negros no ensino superior?”);
3. **Clara indicação de citações literais ou paráfrases**, de forma que seja sempre possível distinguir, em uma consulta futura, o que pertence ao texto e o que é uma paráfrase de quem o fichou;
4. **Clara separação entre o teor do texto e os comentários do leitor**, de forma que a integridade das ideias do texto lido reste sempre preservada;
5. **Referências constantes à localização de cada ideia fichada no texto original**, para facilitar a localização futura de uma passagem específica do texto, caso necessário;
6. **Atenção à estrutura das ideias e ao conteúdo dos argumentos do texto**, para que a ficha de leitura represente, de fato, um fichamento *do texto original*, e não uma criação – por mais inteligente que seja – relativamente independente do texto lido (cf. subseção 6.3).

7. **Caso o leitor já saiba em que parte da monografia pretenderá usar o texto fichado, acrescenta-se a indicação respectiva.** Se sei que estou lendo um texto que será usado no capítulo 2 do meu trabalho, posso incluir a referência ao capítulo 2 no cabeçalho da ficha, por exemplo. Com isso, quando estiver trabalhando em cada capítulo do trabalho, saberei o que resgatar de meu fichário sem ter que procurar dentro dele tudo que me possa servir.

Dica: técnica para não misturar seus comentários às ideias originais do texto

Uma maneira de se fazer essa clara separação é trabalhar com cores distintas. Assim, as ideias do texto original são escritas, digamos, em preto ou azul, e os comentários, as críticas, as dúvidas ou as hipóteses interpretativas do pesquisador sobre o texto – mas que com ele não se confundem, porque são ideias suas, e não do autor que está sendo fichado – são escritas em vermelho. Vale a pena, além disso, distinguir, naquilo que pertence ao texto, as citações literais, que devem vir indicadas entre aspas, dos resumos ou das paráfrases, que não precisam sê-lo. Em todo caso, será sempre necessária a referência ao texto e à página respectiva quando ele for utilizado na monografia, seja como citação direta, seja como ideia resumida. Sobre isso, confira também o cap. 8 adiante.

No passado, era comum que os fichamentos fossem feitos em cartões pautados comprados em papelaria – daí chamarem-se fichas. Elas ainda podem ser utilizadas e têm a conveniência de caberem dentro do livro. Não serão um volume à parte a ser transportado pelo leitor (como um *notebook*, por exemplo, que pesa na mochila). Hoje em dia, porém, é comum que fichamentos sejam feitos diretamente no computador. Nesse caso, há a vantagem de ficarem digitalmente armazenados, evitando inconvenientes de extravio ou desorganização física das fichas. Há também a sensível vantagem de que as ferramentas de busca no computador localizam facilmente termos específicos no conteúdo dos documentos, o que é proveitoso para quem vai fichar textos por um prazo a perder de vista (caso típico de professores e pesquisadores profissionais). Com isso, é possível buscar no computador tudo que a pasta virtual de fichamentos contenha, digamos, sobre “interpretação” ou “legitimação ativa”, colhendo os resultados da pesquisa com muita facilidade.

6.5. Coleta de informação jurisprudencial

Quando se faz uma pesquisa de jurisprudência, uma parte importante da metodologia implicada envolve, além da localização dos julgados pertinentes (cf.

itens 5.3.1 e 5.4, retro), a coleta de informações da jurisprudência estudada. Afinal, após ler uma grande quantidade de casos, as informações podem confundir-se na cabeça do pesquisador. As informações dos julgados devem ser coletadas de maneira a gerar um corpo funcional de informações, que permita, ademais, o controle das análises feitas pelo pesquisador por parte de seu leitor. Afirmações genéricas e obscurantistas sobre “a jurisprudência maciça” ou sobre “a posição jurisprudencial dominante”, que fazemos sem maiores constrangimentos em petições forenses, não têm lugar em um trabalho científico – a não ser que precedidas de uma verificação que objetivamente comprove o caráter “maciço” ou “dominante” de uma linha decisória.

A coleta de informações é sempre instrumental em relação à questão que se quer responder. Em algumas situações, trabalha-se com poucos julgados, a serem analisados qualitativamente e avaliados em seu conteúdo decisório (exemplo: consistência e coerência, correspondência com decisões de casos iguais ou análogos etc.). Em outras situações, trabalha-se com um número grande de julgados, que compõem uma amostra da totalidade de decisões disponíveis de um tribunal. Em cada um desses casos, a técnica de coleta de informações para a pesquisa variará e seu mérito será avaliado sempre a partir da capacidade das informações coletadas responderem de maneira convincente às questões postas pela pesquisa.

A pesquisa de Castro (1997), por exemplo, responde às suas questões de pesquisa apenas a partir da leitura de ementas de julgados publicadas no Diário Oficial, aleatoriamente escolhidas – sem necessitar consultar, portanto, a íntegra dos julgados. Diferentemente, a pesquisa de Gabbay (2010), que se perguntava sobre a aplicação da regra de correlação entre causa de pedir e pedido em ações sobre direitos difusos e coletivos, tinha de trabalhar com as íntegras dos julgados, sob pena de não conseguir extrair de suas fontes a informação que precisava. Já a pesquisa de Duran (2010) trabalhava com um recorte pequeno de ações do STF, que correspondiam a todos os casos julgados sobre planos econômicos. A pesquisadora queria mapear como o tribunal reagia a políticas do Executivo que visavam à estabilização da moeda em confronto com certos direitos tipicamente prestigiados pela ordem jurídica (ato jurídico perfeito, direitos adquiridos etc.). Por verticalizar a leitura de um número menor de julgados, pode ir mais a fundo no tratamento de cada um deles, respondendo a questões que ficavam fora do recorte temático das demais.

Em todos esses casos, a forma de coleta de informações da jurisprudência é diferente, porque o tipo de informação buscado – i.e., aquilo que os julgados precisam contar ao pesquisador para responder à sua pergunta de pesquisa – é variado. Os trabalhos de Camila Duran (2010) e Queiroz (2014) oferecem ao

leitor as fichas e os bancos de dados com os quais coletaram as informações de jurisprudência. As figuras a seguir as ilustram.

FIGURA 5
FICHA DE COLETA DE INFORMAÇÕES DE JURISPRUDÊNCIA

Tema (Plano econômico)	Sistema de conversão para URV (Plano Real)
Caso	Servidores do Rio Grande do Norte
Órgão julgador no STF	Pleno
Fonte	www.stf.gov.br
Classe e número	RE 291.188
Relator	Sepúlveda Pertence
Data do julgamento	08.10.2002
Data da publicação	14.11.2002
Partes	Estado do RN x Armeli Marques Brennand
Ementa	[Transcrição da ementa.]
Dispositivos legais questionados	Lei 8.880/1994, art. 22; CF/1988, arts. 18; 25; 167, II; 169, I e II.
Fatos	[Descrição dos fatos que deram origem ao caso.]
Questão jurídica relevante	Pode legislador estadual determinar critério de conversão de cruzeiro para URV diversa daquela determinada por legislação federal (Plano Real)?
Fundamento principal	Não. O critério de conversão para URV está compreendido no âmbito material de regulação do sistema monetário, objeto de competência privativa da União.
Decisão principal	Por unanimidade, não RE não conhecido. Votaram: Moreira Alves, Sydney Sanches, Sepúlveda Pertence, Ilmar Galvão e Ellen Gracie.
Outros casos citados	Não houve citação de outros casos.

Fonte: modelo extraído de DURAN, 2010, p. 169-170.

FIGURA 11
BANCO DE DADOS DE COLETA JURISPRUDENCIAL

1	A	B	C	D		E	F	G	Dados processuais relevantes				Tercейро	Órgão julgador
				Ação correlata	Data de julgamento				Momento político	Relator	e em exercício STF	Competência do STF		
2														
3														
4	1	HC 53219/4	N		15/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	Almir Alves	Lauro Oliveira dos Santos	N	N	1ª Turma
5	2	HC 53210/4	N		15/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	Cláudio Roberto de Oliveira	Cláudio Roberto de Oliveira	N	N	1ª Turma
6	3	HC 53289/4	N		15/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	Filvo Augusto Paulino	Antonio Cesar Campana	N	N	1ª Turma
7	4	HC 53301/4	N		15/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	Adonias Ferreira dos Santos	Adonias Ferreira dos Santos	N	N	1ª Turma
8	5	RHC 53353	N		7/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	recursal	FRANCISCO CASTELLANO FERNANDEZ	CLODOLDO LOPES MACIEL TANCREDO NORONHA JUNIOR	N	N	1ª Turma
9	6	HC 53340/4	N		4/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA		N	N	1ª Turma
10	7	RHC 53029	N		1/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	recursal	NELSON MAGALHÃES DE ALMEIDA	Roberto Bastos Dória	N	N	1ª Turma
11	8	HC 53243/4	N		1/4/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	NEI VIEIRA CAVALHEIRO	NEI VIEIRA CAVALHEIRO	N	N	1ª Turma
12	9	HC 53180/4	N		19/3/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	VITORINO DE SOUZA	VITORINO DE SOUZA	N	N	Pleno
13	10	HC 53106/4	N		14/3/1975	pós-AIS	A. B	D. F	originária	VINICIUS BITTENCOURT	DIMAS SILVARES MACHADO DE ALMEIDA	N	N	1ª Turma
14	11	RHC 53234	N		11/3/1975	pós-AIS	A. B	D. F	recursal	HEITOR SIMIRIQUE CORRÊA TORRINI	HEITOR SIMIRIQUE CORRÊA TORRINI	N	N	1ª Turma
15	12	RHC 53205	N		11/3/1975	pós-AIS	E. R	D. F	recursal	CLÓVIS VEVLÁQUA MAIA	CLÓVIS VEVLÁQUA MAIA	N	N	1ª Turma
16	13	RHC 53285	N		12/3/1975	pós-AIS	E. R	D. F	recursal	JOSÉ FERNANDO ROCHA	JOÃO ARAGUAIA DO REGO FREITAS BRASILEIRO	N	N	1ª Turma

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Em um caso e em outro, as “fichas” de leitura da jurisprudência buscavam as informações que as pesquisadoras, de antemão, imaginavam ser relevantes para responder aos seus problemas de pesquisa. Vale dizer, as fichas foram construídas a partir das hipóteses de pesquisa, pois estas, lembremos, espelham o que o pesquisador imagina ser a resposta para sua dúvida, a ser provada ou não pelos dados coletados. Quando a ficha de Duran pede, por exemplo, informações sobre outros casos citados (último campo), isso claramente reflete a expectativa da pesquisadora de que as decisões do STF sobre planos econômicos não sejam isoladas, mas que outras sobre casos análogos “conversem” entre si. Naturalmente, ela pode descobrir que isso é falso: que os casos não tomam conhecimento uns dos outros, que decidem de forma desarmônica etc. Contudo, isso só é passível de ser sistematicamente investigado se a pesquisadora partir para a jurisprudência com essa dúvida em mente, e imaginar que a indicação de referências cruzadas entre julgados dê pistas para respondê-la. Da mesma maneira, o pesquisador deve perguntar-se, assim como Queiroz e Duran, se a classe do processo em que aconteceu a decisão (recurso extraordinário, ação de mandado de segurança, reclamação etc.) permite avaliar se há variações de decisão dos órgãos julgadores para uma mesma matéria conforme a via processual pela qual ela chegue ao tribunal. Em suma, as informações coletadas da jurisprudência não tomam corpo nem fazem sentido a não ser como escolhas conscientes do pesquisador, relacionando-se com seus problemas e suas hipóteses de pesquisa.